

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: EDUSP, 2012.

Não são poucos os críticos que têm se preocupado com a produção literária brasileira contemporânea embora nem todos arrisquem análises mais profundas de nosso sistema literário com um todo, optando, em geral, por observações de natureza superficial ou interpretações pontuais de obras e autores.

Felizmente, esse não é o caso do recente livro de Jaime Ginzburg (*Crítica em tempos de violência*. São Paulo, Edusp, 2012), cujo principal objetivo, declara o autor logo no início, é justamente contribuir com uma "história da literatura brasileira sob a perspectiva da violência" (GINZBURG, 2012, p. 13), partindo da premissa de que a sociedade brasileira se construiu com processos violentos e procurando articular as categorias de autoritarismo, violência e melancolia.

Para o autor, a discussão atual acerca da historiografia e da literatura comparada no Brasil é caracterizado pela "revisão dos parâmetros de sustentação do cânone" (GINZBURG, 2012, p. 21), baseando-se, entre outras coisas, na noção de *valor*. O autor aponta para a forte tendência conservadora dos programas curriculares de Letras, promovendo a exclusão de gêneros (como o cordel), da tradição oral, dos registros indígenas etc., fazendo-se, portanto, necessário "indicar lacunas e reverter critérios de valor consolidados" (GINZBURG, 2012, p. 22). Há, desse modo, um condicionamento ideológico no estabelecimento do cânone literário brasileiro, que se fundamenta na periodização e que naturaliza as exclusões: "nessa perspectiva, os conhecimentos da Teoria da Literatura não podem ser encarados como ideologicamente neutros. A adoção de uma ou outra perspectiva teórica traz consequências importantes, pois estabelece critérios para definição de juízos de valor, articulados a processos seletivos excludentes e fundamentos de construção do conhecimento academicamente legitimado" (GINZBURG, 2012, p. 23). Além disso, o idealismo dos manuais de Teoria da Literatura centra-se na leitura imanente do texto, muitas vezes desconsiderando o contexto, prendendo-se à descrição e à classificação, tornando-se, em geral, omissos: "não há possibilidade de desenvolver pensamento crítico restringindo o saber literário à descrição e à classificação. O trabalho interpretativo exige uma consciência crítica elaborada, por parte do sujeito investigador, a respeito de seus interesses e seus critérios de valor. Sem essa consciência crítica, valores não são discutidos, apenas reproduzidos, e com isso

conservados" (GINZBURG, 2012, p. 37).

Segundo o autor, portanto, um dos principais debates acerca da produção literária contemporânea diz respeito aos seus critérios de valorização, devendo se voltar - entre outras coisas - para a relação entre a apreciação das obras literárias e a exposição da atual violência social: em resumo, vale a pena pensar o que deve ser considerado esteticamente relevante num contexto de constante violência. Para Ginzburg, o primeiro passo a ser dado, nessa discussão, é rejeitar concepções da literatura de natureza *universalista*, que a consideram expressão da "condição humana" e procuram distanciá-la da realidade traumática contemporânea, rejeitando-lhe, ademais, aspectos de historicidade, no sentido de que determinada obra é tanto mais valorizada quanto mais transcender o brutal mundo real; trata-se, assim, de um universalismo que se mostra cego diante das tensões históricas atuais: "a ilusão de universalidade é mais fácil de construir do que a empatia com a dor do outro" (GINZBURG, 2012, p. 50).

Nesse sentido de discussão do valor estético da obra literária, o autor expõe alguns aspectos relacionados ao conceito de *testemunho*, ideia que, embora não seja consensual entre os críticos, tem crescido em torno das relações entre escrita e exclusão social. De qualquer maneira, o conceito - vinculado à produção literária - se associa, por meio da crítica, desde a obra de Primo Levi (na Europa) até a de Rigoberta Menchú (na América Latina), passando pela de Luiz Alberto Mendes ou André du Rap (no Brasil, especificamente como expressão carcerária) ou Pepetela (na África, como expressão de resistência). Há, portanto, muitas perspectivas às quais o conceito de *testemunho* - no meio literário - pode estar associado: o discurso acerca da exclusão social, das relações entre literatura e história, a articulação entre ética e estética, a fala em tensão com a realidade, a atribuição de voz aos excluídos, o interesse por uma política contrária ao autoritarismo, a transgressão de um modo canônico de conceber a qualidade estética etc. Nesse sentido, pode-se dizer que o testemunho vincula-se aos movimentos de resistência, associando-se à política multacentralizada e a uma concepção de linguagem que se liga ao trauma ("a escrita não é aqui lugar dedicado ao ócio ou ao comportamento lúdico, mas ao contato com o sofrimento e seus fundamentos, por mais que sejam, muitas vezes, obscuros e repugnantes", p. 55). Desse modo, a escrita do testemunho se opõe ao discurso hegemônico: "se o acabamento formal, com recursos de estilização literária, permitir atribuir ao testemunho um efeito mais incisivo na

contrariedade ao discurso hegemônico, o valor ético da narração pode justificar a incorporação de componentes artísticos" (GINZBURG, 2012, p. 57). Em suma, afirma o autor: "o testemunho é necessário (...) em contextos políticos e sociais em que a violência histórica foi muito forte, desempenhando papel decisivo na constituição das instituições. Nesses contextos, as diferenças de perspectiva entre os setores em conflito implicam diferenças formais e temáticas nas concepções de escrita e em recursos institucionais de legitimação" (GINZBURG, 2012, p. 59).

Jaime Ginzburg discute ainda o papel da Teoria da Literatura nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras, nos quais, em geral, tal disciplina se limita à capacitação de análise e interpretação de textos. Para ele, há que se pensar também, nesse contexto, em conceitos como o de *valor*, que tem ligação direta com a noção de cânone: raramente tais conceitos são discutidos com os estudantes, tornando o ensino de literatura mera reprodução de um cânone estabelecido.

Outras discussões são levadas adiante pelo autor, como a reflexão sobre a violência e a forma em Hegel e Adorno; sobre literatura e autoritarismo em Lukács (em que discute seu livro *The destruction of reason*, 1952); sobre a crítica literária em Benjamin etc. Dedicando uma parte de seu livro às relações entre literatura e violência especificamente no Brasil, Ginzburg parte da seguinte hipótese, de modo resumido: "compreendendo a literatura como produção constituída historicamente, e não como objeto fechado em si mesmo, podemos formular a hipótese de que a enorme carga de violência que caracteriza a história brasileira tenha implicações na obras literárias" (GINZBURG, 2012, p. 134). Assim, para ele, é possível interpretar os textos brasileiros a partir da noção de *trauma*, na medida em que a sociedade brasileira teve na violência um elemento constitutivo, o que teria gerado uma experiência traumática, ainda não superada: "é possível que, de maneiras diretas ou indiretas, na produção cultural do século XX, encontremos marcas desse impacto, em formas variadas de elaboração estética e linguística, como o testemunho, a dissolução do realismo, a fantasmagoria e a fragmentação de perspectiva" (GINZBURG, 2012, p. 185).

É, aliás, em razão desse *trauma* que se compreende, por exemplo, o estudo da relação entre literatura e direitos humanos, questão que não se dissocia da dificuldade de enunciação desses direitos, já que, vez por outra, a palavra pode ser silenciada (pela censura) ou não encontrar meios de ser expressa, como em *Vidas Secas* (Graciliano Ramos) ou *A hora da estrela*

(Clarice Lispector). O autoritarismo, além disso, foi responsável pelo modo como nos relacionamos, no Brasil, com a literatura, com a cooptação de intelectuais pelo poder, o estranhamento em relação a certos autores que fogem ao modelo de linguagem autoritária (Drummond e Guimarães Rosa), a instituição de um cânone a partir de critérios puramente estéticos (sem considerar critérios históricos) etc. Além disso, nossa sociedade assenta-se numa tradição patriarcal e escravista, responsável pela violência estrutural, que até hoje tem repercussões no cânone literário brasileiro, o qual se mostra alheio ao "impacto traumático das experiências de barbárie brasileiras" (GINZBURG, 2012, p. 220).

Pode-se dizer que, em seu *Crítica em tempos de violência*, Jaime Ginzburg fundamenta suas reflexões teóricas, basicamente, nos pensadores da Escola de Frankfurt e seus herdeiros, em especial Benjamin e Adorno, este último a partir de sua *dialética negativa*, que rejeita as sínteses conciliatórias hegelianas. Tornando alguns conceitos como centrais em sua reflexão (cânone, violência, memória, testemunho, trauma etc.), o autor propõe, em termos gerais, uma renovação da crítica e da historiografia literárias brasileiras, que - no seu ponto de vista - deveriam se assentar em princípios éticos que, aliados aos estéticos, passariam a dar mais consistência às avaliações críticas de uma literatura nascida de uma experiência social marcada pela violência crônica, como é a sociedade brasileira.

O fato de o livro se constituir num conjunto de textos publicados originalmente de modo independente - o que, a rigor, faz dele uma compilação - acarreta algumas repetições indesejadas e desnecessárias, embora típicas desse tipo de publicação, como as exaustivas referências à *dialética negativa* de Adorno e aos estudos de Idelber Avelar ou como as repetidas análises da poesia drummondiana. Nada disso, contudo, sequer resvala no valor das análises, isoladamente consideradas, ou no livro em conjunto, podendo ser ele considerado umas das melhores contribuições à crítica literária brasileira na atualidade.

Maurício Silva

Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação (Universidade Nove de Julho);
Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo;
E-mail: maurisil@gmail.com